



MS-ID

MULHERES SOCIALISTAS
IGUALDADE E DIREITOS

Levar a Igualdade a Sério

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

#CarlaElianaTavares2026



Cara Camarada,

Apresento-me, perante vós como candidata a Presidente das Mulheres Socialistas. Uma candidatura que resulta da minha vontade e da vontade de todas e de todos os que me incentivaram a avançar, mas, também, do diálogo e convergência com outras camaradas.

Esta convergência, em prol do fortalecimento da Estrutura, é um primeiro sinal de que esta candidatura está aqui para unir e jamais para dividir, para dar voz à pluralidade e para trabalhar, em conjunto, na mudança necessária que agora se inicia com um novo ciclo.

Ao longo da minha vida, tenho-me dedicado sempre à defesa daquilo em que acredito e do que acho ser o correto.

A defesa intransigente dos valores do socialismo democrático e progressista, na convicção absoluta de que a ação política tem como propósito resolver os problemas concretos das pessoas, particularmente daquelas que mais sofrem por se encontrarem em situação de maior vulnerabilidade, tem sido o único objetivo que me move.

As Mulheres Socialistas pertencem às militantes do Partido Socialista — a todas as militantes. Devem, por isso, ser uma casa aberta, onde todas se revejam e se reconheçam.

Esta é uma candidatura plural, livre e aberta, onde cabem todas as militantes, de todos os territórios e de todas as gerações.

A Estrutura das Mulheres Socialistas só faz sentido se tivermos força e tivermos uma voz ativa, efetiva e consequente no Partido Socialista.

E isso faz-se com todas vós. É a isso que verdadeiramente nos propomos.

As Mulheres Socialistas têm um propósito claro: avançar com políticas de igualdade e de defesa e afirmação de direitos. E uma missão: contribuir, em conjunto com o Partido Socialista, para as implementar.

Queremos ajudar o Partido Socialista a construir políticas públicas que promovam, de forma efetiva, a redução e eliminação das desigualdades.

Propomos um novo ciclo político, assente na responsabilidade, no compromisso e no diálogo com todas as estruturas do PS e da Juventude Socialista.

Juntas vamos Levar a Igualdade a Sério!



Introdução

Em 2026 completam-se 23 anos desde a primeira eleição direta da liderança nacional das Mulheres Socialistas. A decisão política de substituir a designação direta pela escolha democrática das militantes inaugurou um novo ciclo de legitimidade, capaz de reforçar a influência da Estrutura no Partido e na sociedade.

Volvidos estes 23 anos, importa fazer um balanço exigente: qual foi o impacto real na participação e, sobretudo, no acesso das mulheres a cargos dirigentes? Quantas mulheres concorrem e são eleitas para concelhias e federações? Quantas lideram autarquias, grupos parlamentares e órgãos nacionais? Que condições concretas criámos para que a liderança feminina deixe de ser exceção e se torne norma?

A igualdade é hoje mais importante do que nunca. O ataque à democracia e ao Estado de direito tem, em toda a Europa, um alvo prioritário: os direitos das mulheres e a igualdade entre mulheres e homens. O discurso do ódio e a desinformação, frequentemente ancorados em fantasmas sobre "ideologia de género", procuram travar a autonomia das mulheres, reduzir direitos e reconfigurar a cidadania.

Neste quadro, o Partido Socialista tem um desafio histórico: ser guardião da democracia e motor de progresso, com uma agenda feminista concreta, capaz de responder às desigualdades persistentes e às novas vulnerabilidades do nosso tempo.

Os dados europeus mostram avanços, mas também fragilidades: em 2024, o Índice de Igualdade de Género da UE fixou-se em 71/100. A Suécia liderou com 82/100, evidenciando o efeito de políticas públicas sustentadas e de um Estado social robusto.

Em Portugal, segundo informação pública divulgada pela CIG sobre o Índice 2024, o país registou 68,6 pontos e manteve-se a meio da tabela europeia.

Na representação política, a UE registou 33,4% de mulheres nos parlamentos nacionais em 2024. Os países nórdicos destacaram-se: Suécia (45,6%), Finlândia (45,5%) e Dinamarca (44,7%). Na composição dos governos nacionais, a média da UE foi 35,1% e a Finlândia atingiu 60%.

No mercado de trabalho, a Comissão Europeia assinala que o "gender pay gap" na UE foi 12% em 2023 e 15% em 2025, com variações significativas entre Estados-Membros. A igualdade económica continua a ser uma das dimensões mais resistentes à mudança.

Onde há políticas universais de cuidados, transparência salarial, licenças bem desenhadas e paridade efetiva, a igualdade avança mais depressa. Levar a Igualdade a Sério é também ter uma perspetiva integrada da igualdade em todos os setores.

Não há igualdade por inércia.

Há igualdade quando existe poder partilhado, recursos devidamente alocados e decisões consequentes. Onde estamos, o que aprendemos na Europa e porque afirmamos que é tempo de Levar a Igualdade a Sério.



EIXO 1

Fortalecer a nossa casa: um PS e umas MS-ID abertos, modernos e enraizados

Não há transformação política sem uma organização forte.

A Estrutura Nacional deve assumir-se como plataforma estratégica de capacitação, de produção programática e de intervenção política consequente.

É tempo de reforçar e revitalizar o papel da Estrutura Nacional das Mulheres Socialistas, promovendo uma reflexão séria e consequente desde a sua criação e o seu impacto na participação e intervenção política das mulheres no Partido.

A Estrutura Nacional deve assumir-se como estrutura estratégica de capacitação, formação e apoio próximo às mulheres socialistas, criando mecanismos permanentes de mentoria, qualificação política e acompanhamento de percursos de liderança.

É prioritário aumentar o número de mulheres eleitas em todos os órgãos do Partido Socialista, mas também nas representações e indicações externas do Partido, reforçando a sua presença nos órgãos dirigentes, nas autarquias, na Assembleia da República e nas Instituições Europeias.

1.1

Paridade como regra estrutural

A paridade não é uma recomendação; é uma regra de funcionamento democrático. Propomos consolidar mecanismos internos que assegurem alternância de género e equilíbrio real no exercício de poder.

Queremos mais jovens a participar e com assento nos órgãos das MS e na tomada de decisão; Queremos diversidade geracional, energia renovada e experiência acumulada a trabalhar lado a lado; As jovens da Juventude Socialista não são apenas “o futuro”.

São o presente. Precisam de espaço real de decisão. Precisam de sentir que esta é também a sua casa.

É preciso Igualdade a Sério sempre que nos propomos a eleições:

Não há renovação política sem transformação profunda da forma como o partido decide, representa e distribui poder.

Por isso propomos:

- Democracia interna como prática quotidiana (consultas regulares às estruturas e militância; abertura a simpatizantes e movimentos sociais, não só nas fases de construção programática, mas também como forma de garantir a ligação à sociedade civil;
- Descentralização das reuniões nacionais;
- Participação colaborativa no gabinete de estudos nacional;
- Paridade como regra estrutural (adoção obrigatória de listas internas em “fecho de correr”), assegurando alternância de género em todas as eleições internas, sem exceções;
- Paridade nos órgãos executivos, grupos de trabalho e representações externas do Partido Socialista;
- Reconhecimento explícito de que desigualdades de género se reproduzem dentro das organizações políticas, contaminando-as;
- Compromisso com a correção ativa dessas desigualdades através de regras, tempos, recursos e visibilidade, mediante a assunção do feminismo como princípio de base na organização do Partido;
- Inclusão de juventude e diversidade – estruturas internas que garantam maior voz e liderança a jovens, mulheres, pessoas racializadas e outras minorias.

O que nos propomos fazer, não é por mero simbolismo, mas porque entendemos que a “Democracia só é plena quando o poder é partilhado”.



Democracia interna e participação: do voto à influência

A democracia interna não se esgota em eleições. Exige cultura de participação e mecanismos de consulta regular. Para aproximar o Partido das militantes e da sociedade civil, propomos práticas consistentes de abertura e escuta.

- Consultas regulares às estruturas e militância (presenciais e digitais) sobre temas programáticos.
- Listas internas em “fecho de correr”
- Reuniões nacionais descentralizadas (quer da Comissão Política Nacional quer do Secretariado);
- Conselho Consultivo de Igualdade (sociedade civil, academia, sindicalismo e autarquias) com reuniões regulares;
- Canal de participação para propostas (plataforma digital) com interação/ discussão pública participada com militantes, simpatizantes e sociedade civil;

Cultura organizacional: combate a estereótipos e violência política de género

A violência e o assédio na política afastam mulheres do exercício de poder. Uma organização moderna tem de se proteger e proteger as suas militantes com regras claras e mecanismos rápidos.

- Código interno de conduta contra assédio e violência política de género;
- Protocolo de resposta rápida a ataques digitais e desinformação dirigida a mulheres candidatas.
- Observatório interno (sobre participação, barreiras e casos reportados).

Regiões Autónomas e coesão interna

As especificidades dos Açores e da Madeira exigem participação plena e permanente na direção nacional.

- Assento permanente das estruturas regionais no Secretariado Nacional das MS-ID.
- Plano anual de iniciativas conjuntas;
- Monitorização regular de indicadores de género nas Regiões Autónomas, com propostas próprias para o PS.

Academia de Liderança Feminina e Mentoria Intergeracional

Quantas vezes vimos mulheres extraordinárias hesitarem em dar o passo? O talento não chega: é preciso rede, apoio e tempo. Inspiradas em modelos de formação política praticados na social-democracia europeia, propomos criar uma Academia Nacional permanente.

- Programa anual de formação (políticas públicas, negociação, comunicação, organização e campanha).
- Mentoria intergeracional: cada participante acompanha e é acompanhada por uma eleita ou dirigente com experiência.
- Módulo específico para jovens e primeiras candidaturas (autarquias, juventude e estruturas locais).
- Bolsa de apoio logístico: ações de formação e horários compatíveis com vida profissional. Devemos dar o exemplo internamente para uma verdadeira conciliação que inclua a vida política, os horários em que as reuniões são realizadas e a forma como se organizam os eventos;



EIXO 2

Nova agenda económica e social: trabalho digno, cuidados e autonomia

Sem autonomia económica não há liberdade real. A desigualdade de género manifesta-se em salários, carreiras, precariedade, penalização da maternidade e sobrecarga de cuidados. A resposta tem de ser estrutural, articulando trabalho, tempo e proteção social.

Há causas de desigualdade que não podem ter resposta igual para uma mulher que trabalha numa fábrica, na agricultura ou no setor das limpezas ou para uma mulher que é quadro superior ou dirigente numa empresa ou organização. As respostas são diferentes, mas não podem deixar de merecer a mesma atenção por parte da Estrutura das MS-ID.

Todas contam.

Este é, aliás, um dos principais pilares desta candidatura. Apesar dos avanços alcançados, as políticas públicas de conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar em Portugal permanecem insuficientes face às exigências do desenvolvimento económico e do bem-estar social.

É, pois, necessário repensar o modelo vigente, à luz de uma abordagem de género estruturante e transversal a toda a sociedade.

A economia deve estar ao serviço das pessoas. E isso exige colocar, também, o cuidado no centro das políticas públicas. Importa, por isso, reconhecer a importância:

- Da Economia do Cuidado como Pilar do Estado Social;
- Do cuidado como trabalho essencial, produtivo e estruturante;
- Da valorização e quantificação económica e social do trabalho de cuidado, formal e informal e de todo o trabalho não remunerados de tarefas domésticas e cuidado familiar;

- Dos apoios à Infância, envelhecimento, deficiência e dependência tratados de forma integrada e não como respostas fragmentadas;
- Do reforço da rede pública e comunitária de cuidados;
- Da articulação entre políticas de emprego, igualdade e proteção social, bem como uma nova agenda do trabalho digno no século XXI, caracterizada pelo combate à precariedade estrutural, valorização salarial e direitos laborais e adaptação do tempo de trabalho às necessidades da vida, da parentalidade e do cuidado;
- Para tal, no âmbito da discussão da revisão do Código de Trabalho na Assembleia da República, trabalharemos com o PS e com o Grupo Parlamentar as propostas que permitam – Conjugar a licença por parentalidade com o trabalho a tempo parcial, como já é possível na licença parental alargada, por períodos igualmente partilhados entre os progenitores;
- Reforçar a partilha de responsabilidades e cuidados entre os progenitores nos direitos de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades parentais;
- Substituir os direitos exclusivamente associados à amamentação e aleitação, pelos direitos dos progenitores e crianças a passarem mais tempo juntos nos seus primeiros anos de vida.
- Promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e da importância da partilha das tarefas domésticas e de cuidado familiar; É importante termos uma resposta inclusiva para todas as mulheres e de todos os setores.
- Combate à desigualdade salarial e qualquer forma de discriminação em razão do sexo, e acompanhamento do processo de implementação da Diretiva da Transparência Salarial;
- Combate à segregação profissional e vocacional e promover a maior participação das mulheres em lugares de decisão e direção;
- Justiça social e fiscal e redistribuição efetiva da riqueza;



- Novas formas de financiamento sustentável do Estado Social.
- Conjugar a licença por parentalidade com o trabalho a tempo parcial, como já é possível na licença parental alargada, por períodos igualmente partilhados entre os progenitores;
- Reforçar a partilha de responsabilidades e cuidados entre os progenitores nos direitos de apoio aos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades parentais;
- Substituir os direitos exclusivamente associados à amamentação e aleitação, pelos direitos dos progenitores e crianças a passarem mais tempo juntos nos seus primeiros anos de vida.
- Promoção da conciliação entre a vida profissional, pessoal e familiar e da importância da partilha das tarefas domésticas e de cuidado familiar; É importante termos uma resposta inclusiva para todas as mulheres e de todos os setores.
- Combate à desigualdade salarial e qualquer forma de discriminação em razão do sexo, e acompanhamento do processo de implementação da Diretiva da Transparência Salarial;
- Combate à segregação profissional e vocacional e promover a maior participação das mulheres em lugares de decisão e direção;
- Justiça social e fiscal e redistribuição efetiva da riqueza;
- Novas formas de financiamento sustentável do Estado Social.

A Igualdade deve ser encarada como modelo de desenvolvimento.

A igualdade de género não é apenas uma agenda de direitos. É, também, uma escolha de modelo de desenvolvimento. E se olharmos para aqueles que habitualmente identificamos como sendo os países mais desenvolvidos do mundo, percebemos que são, igualmente, os mesmos que apresentam índices mais elevados de Igualdade de Género.

A Igualdade é, inequivocamente, sinónimo de desenvolvimento e progresso.



Trabalho digno no século XXI

Portugal e a Europa enfrentam transformações no trabalho: digitalização, plataformas, novas formas de precariedade e alteração dos tempos de vida. As mulheres são frequentemente as mais expostas a vínculos frágeis e sectores desvalorizados.

- Combate à precariedade estrutural com prioridade a sectores em que maioritariamente trabalham mulheres (limpezas, cuidados, comércio, call centers).
- Reforço da contratação coletiva e mecanismos de fiscalização do cumprimento de direitos laborais.
- Planos setoriais para progressão de carreiras e valorização salarial em sectores essenciais de cuidado.
- Combate à segregação profissional: incentivos à entrada e progressão de mulheres em STEM e em profissões verdes.

Transparência salarial e igualdade remuneratória

A União Europeia reconhece que a diferença salarial de género permanece relevante; A transparência é um instrumento de justiça e de eficiência económica.

- Implementação robusta da Diretiva de Transparência Salarial: relatórios regulares, comparações por função e sanções eficazes.
- Apoio técnico às PME para auditorias salariais e planos de correção.
- Reforço da ACT e mecanismos de denúncia com proteção efetiva contra retaliação.
- Cláusulas de igualdade em contratação pública: empresas com planos de igualdade e auditorias atualizadas como critério de elegibilidade.

Parentalidade: tempo, partilha e corresponsabilidade

A experiência europeia demonstra que a partilha de licenças e quotas reservadas aos pais altera padrões culturais e reduz a penalização da maternidade.

- Alargar instrumentos de partilha real de licenças;
- Possibilitar a combinação de licença parental com trabalho a tempo parcial, por períodos partilhados, como forma de prolongar presença parental sem perda abrupta de rendimento.
- Reformular direitos pós-nascimento, substituindo direitos exclusivamente associados à amamentação/aleitação por direitos parentais e da criança ao tempo de cuidado nos primeiros anos.
- Reforçar direitos de acompanhamento para famílias monoparentais e para cuidadores/as de crianças com deficiência ou doença prolongada.



Economia do cuidado como pilar do Estado social

Cuidar é trabalho essencial, produtivo e estruturante. Sem cuidados, não há economia. O cuidado é também o eixo onde a desigualdade de tempo é mais visível: as mulheres continuam a realizar a maior parte do trabalho doméstico e de cuidado não remunerado.

- Plano Nacional de Infraestruturas de Cuidado: rede pública e comunitária de creches, apoio domiciliário e respostas à dependência.
- Valorização salarial e qualificações para trabalhadores/as do cuidado (incluindo carreiras e progressão).
- Financiamento plurianual estável para respostas sociais essenciais, reduzindo dependência exclusiva de fundos externos.
- Criação de um sistema de recolha de dados regular sobre trabalho não remunerado e tempo de cuidado (inquéritos e contas satélite).

Fiscalidade, pobreza feminina e redistribuição

A pobreza tem rosto de mulher: pensões mais baixas, carreiras contributivas interrompidas e maior incidência em famílias monoparentais. Uma agenda de igualdade exige justiça fiscal e proteção social adaptada.

- Reforço de apoios a famílias monoparentais, com atenção a custos de habitação, energia e mobilidade.
- Revisão de incentivos fiscais para favorecer corresponsabilidade parental e trabalho digno.
- Medidas para reduzir a pobreza na velhice, incluindo valorização de carreiras contributivas interrompidas por cuidado.
- Monitorização de impacto de género nas políticas fiscais e sociais (orçamentação sensível ao género).

EIXO 3

Território, sustentabilidade e justiça intergeracional

A igualdade mede-se também pelo código postal. As assimetrias regionais condicionam acesso a serviços, mobilidade, emprego e participação política. A transição climática e a transformação demográfica ampliam desigualdades se não forem pensadas com perspetiva de género.

Se quisermos que a igualdade seja estrutural, temos de a ligar às grandes transições do nosso tempo, como a transição climática, a transformação demográfica e a reorganização do território. Sem essa integração, corremos o risco de ter avanços formais que não se traduzem em transformação real das condições de vida das pessoas.

As mulheres estão no centro silencioso destas mudanças. São elas que asseguram redes de proximidade, sustentam economias locais, cuidam de pessoas, preservam património cultural e natural e fixam comunidades em territórios fragilizados. Quando o território falha, a sobrecarga recai, desproporcionalmente, sobre as mulheres.

Integrar território e sustentabilidade na agenda da igualdade significa afirmar que não há justiça climática sem igualdade, nem igualdade substantiva sem coesão territorial.

Para que a promoção da Igualdade seja estrutural e transversal teremos, necessariamente, de considerar:

Justiça Climática com Perspetiva de Género

As alterações climáticas não são neutras. Fenómenos extremos, escassez hídrica e processos de transição energética afetam de forma diferenciada quem tem menos recursos, menor mobilidade e maior responsabilidade de cuidado. Estudos europeus indicam que as mulheres tendem a adotar com maior frequência comportamentos de mobilidade sustentável e práticas ambientais no quotidiano, embora continuem sub-representadas nos processos de decisão ligados à energia, gestão de recursos naturais e inovação verde.



Defendemos por isso:

- a integração sistemática da perspectiva de género nas políticas climáticas e ambientais;
- a promoção de liderança feminina nas áreas da transição energética, bio economia e sustentabilidade;
- políticas públicas que reconheçam vulnerabilidades territoriais e sociais.

A transição ecológica será tanto mais eficaz, quanto mais inclusiva for.

O nosso país ainda tem memória recente da catástrofe causada pela tempestade Kristin, que atingiu de forma cruel várias zonas do nosso país, e aproveitou para deixar a nossa solidariedade conjunta às populações afetadas e aos autarcas, proteção civil, forças de segurança e militares, que tem estado no terreno.

Não é de agora que temos alertado: as alterações climáticas também são uma questão de igualdade. Têm impactos diferenciados e também exigem políticas públicas com perspectiva de género, e essa será, igualmente, uma das nossas preocupações.

Coesão Territorial e Ligação Urbano-Rural

A igualdade mede-se, também, pelo código postal.

As assimetrias regionais condicionam acesso a serviços, mobilidade, emprego e participação política. Em muitos territórios de baixa densidade, são as mulheres que asseguram a continuidade económica e comunitária.

Importa reconhecer:

- o papel estratégico das mulheres na fixação de população e dinamização local;
- o património cultural e natural como ativo de autonomia económica feminina;

- a necessidade de reforçar políticas públicas de proximidade que articulem igualdade e desenvolvimento territorial;
- a importância de apoiar a criação de redes de colaboração entre autarcas e dirigentes locais, promovendo partilha de experiências e boas práticas, reforçando políticas de proximidade.

Sem coesão territorial não há igualdade substantiva.

Economia do Cuidado e Sustentabilidade

Cuidar das pessoas e cuidar do planeta não são agendas separadas — como a ética do cuidado defendida por Maria de Lourdes Pintasilgo já antecipava ao colocar a responsabilidade coletiva no centro da ação política.

O trabalho de cuidado, frequentemente invisível e não remunerado, sustenta a economia formal. Ao mesmo tempo, práticas de produção e consumo sustentáveis, incluindo agricultura de proximidade, valorização de produtos locais e acesso a alimentação saudável, são dimensões concretas desta interligação entre igualdade e sustentabilidade.

Assim, propomos:

- valorização social e económica do trabalho de cuidado;
- promoção de economias locais sustentáveis e cadeias curtas de produção;
- articulação entre transição ecológica e emprego digno e qualificado para mulheres.



Justiça Intergeracional

A igualdade não é apenas um compromisso com as mulheres de hoje, mas com as mulheres de amanhã.

Assumir a justiça intergeracional como princípio orientador implica:

- integrar jovens mulheres nos processos de decisão sobre clima e território;
- promover capacitação política nestas áreas;
- defender políticas públicas que não transfiram para as próximas gerações o custo da inação presente.

A igualdade só é plena quando é sustentável no tempo.

As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos defendem a urgência de existir uma monitorização regular de indicadores de género nas Regiões Autónomas, o reforço de mecanismos de proteção social e o cumprimento rigoroso da Lei da Paridade nas listas e nomeações para cargos públicos regionais, bem como da Lei n.º 60/2018, de 21 de agosto e da Diretiva Europeia da Transparência Salarial.

A coesão territorial constrói-se garantindo que nenhuma mulher é condicionada pelo seu território de residência, afirmando a autonomia como instrumento de desenvolvimento inclusivo, justiça social e aprofundamento democrático.

Neste sentido, a participação plena das estruturas das Regiões Autónomas nos órgãos executivos do Partido Socialista é condição essencial para a construção de um país forte, coeso e territorialmente resiliente.

Igualdade e Coesão Territorial nas Regiões Autónomas

A igualdade entre mulheres e homens só é plena quando se concretiza em todo o território nacional, respeitando e valorizando as especificidades institucionais, económicas e sociais da Região Autónoma dos Açores e da Região Autónoma da Madeira. As Mulheres Socialistas – Igualdade e Direitos assumem o compromisso de integrar a dimensão autonómica na agenda nacional da igualdade, reforçando a cooperação com as estruturas regionais e promovendo a aplicação efetiva das políticas públicas de combate às discriminações múltiplas, à pobreza feminina, à violência contra as raparigas e mulheres, à segregação no mercado de trabalho e à sub-representação nos órgãos de decisão. Reconhecem a importância de atender às especificidades de um contexto em que os desafios da insularidade podem agravar desigualdades estruturais, seja no acesso a cuidados de saúde, a redes de apoio, a oportunidades profissionais ou a participação política.



Justiça climática com perspectiva de género

As alterações climáticas não são neutras. Fenómenos extremos, escassez hídrica e transição energética afetam de forma diferenciada quem tem menos recursos, menor mobilidade e maior responsabilidade de cuidado. A transição ecológica será tanto mais eficaz quanto mais inclusiva for.

- Integração sistemática de avaliação de impacto de género em planos climáticos e ambientais (nacional, regional e municipal).
- Promoção de liderança feminina na transição energética, bioeconomia e sustentabilidade (formação, incentivos e metas).
- Programas de emprego verde dirigidos a mulheres, incluindo reconversão profissional e acesso a financiamento.
- Medidas de adaptação climática com foco em populações vulneráveis (idosas, monoparentais, cuidadoras informais).

Economia do cuidado e sustentabilidade: cuidar de pessoas e do planeta

Cuidar de pessoas e cuidar do planeta não são agendas separadas. Economias locais sustentáveis — cadeias curtas, alimentação saudável, energia comunitária — podem aumentar autonomia económica feminina e coesão social.

- Promoção de cadeias curtas e compras públicas locais, valorizando produção sustentável e trabalho feminino.
- Apoio a cooperativas e redes comunitárias (alimentação, energia, serviços) com liderança feminina.
- Formação em transição digital e verde para mulheres em territórios vulneráveis.
- Medidas de apoio a cuidadoras informais, articuladas com serviços de proximidade e respostas domiciliárias.

Coesão territorial e ligação urbano-rural

Em muitos territórios de baixa densidade, são as mulheres que asseguram a continuidade económica e comunitária: microempresas, economia social, agricultura de proximidade, redes de cuidado e participação associativa.

- Rede de autarcas e eleitas socialistas para igualdade territorial: partilha de boas práticas e projetos-piloto.
- Incentivos ao empreendedorismo feminino em territórios de baixa densidade (financiamento, mentoria, compras públicas).
- Reforço de serviços de proximidade (saúde, educação, transportes) com desenho sensível ao género e aos tempos de cuidado.
- Programas de mobilidade e habitação acessível para fixação de jovens mulheres no interior.

Justiça intergeracional e participação das jovens

A igualdade é compromisso com as mulheres de hoje e de amanhã. A justiça intergeracional exige que as jovens tenham voz real na decisão sobre clima, território e inovação.

- Assento e participação efetiva de jovens mulheres nos órgãos das MS-ID e em grupos de trabalho temáticos.
- Programas de capacitação política em clima e território, com ligação a universidades e organizações juvenis.
- Políticas públicas que não transfiram para as próximas gerações o custo da inação presente (metas e monitorização).



Regiões Autônomas: igualdade e autonomia como desenvolvimento inclusivo

A igualdade só é plena quando se concretiza em todo o território nacional, valorizando as especificidades dos Açores e da Madeira. A insularidade pode agravar desigualdades de acesso a cuidados de saúde, redes de apoio, oportunidades profissionais e participação política.

- Monitorização regular de indicadores de género nas Regiões Autônomas e propostas próprias para políticas públicas.
- Cumprimento rigoroso da Lei da Paridade em listas e nomeações regionais.
- Programas específicos de emprego, cuidados e combate à violência com resposta adaptada à insularidade.
- Participação plena das estruturas regionais nos órgãos executivos e na definição de prioridades nacionais.

Não podemos ignorar a violência obstétrica, cujos dados nacionais nos envergonham nos relatórios internacionais.

Não podemos fechar os olhos à mutilação genital feminina, ou aos casamentos forçados, que existem e deixam marcas profundas para toda a vida.

Não podemos aceitar que mulheres e crianças vivam com medo dentro da sua própria casa.

O combate à violência doméstica e de género exige uma resposta estrutural, articulada e sustentada no tempo. É fundamental estabelecer um verdadeiro pacto entre o sistema de justiça e as forças de segurança que assegure às vítimas proteção efetiva, célere e consistente.

Esse compromisso deve traduzir-se numa aplicação mais rigorosa e frequente das medidas de afastamento dos agressores, garantindo que a segurança das vítimas prevalece em todas as fases do processo.

Impõe-se, igualmente, uma redução significativa do recurso à suspensão provisória dos processos em casos de violência doméstica, evitando soluções que possam fragilizar a perceção de justiça e a proteção das vítimas.

É, ainda, essencial reforçar a formação especializada de magistrados/as, juizes/as e procuradores/as do Ministério Público, promovendo uma compreensão aprofundada da natureza estrutural e continuada da violência de género, dos seus ciclos e dinâmicas de poder e controlo, assegurando uma aplicação da lei mais consistente, sensível e eficaz.

Paralelamente, é indispensável apostar de forma decisiva na prevenção. A integração estruturada de conteúdos sobre igualdade, relações saudáveis, consentimento e combate à violência na disciplina de Cidadania e Desenvolvimento, bem como o apoio a projetos dirigidos a crianças e jovens, são instrumentos fundamentais para desconstruir estereótipos, prevenir comportamentos abusivos e promover uma cultura de respeito e igualdade desde as idades mais precoces.

EIXO 4

Prevenção e combate à violência contra as mulheres: tolerância zero

A violência é a face mais brutal da desigualdade. Não podemos aceitar que mulheres e crianças vivam com medo dentro da própria casa, nem normalizar assédio sexual e moral no trabalho, na política ou no espaço digital. Não há relativizações possíveis: há crime.

A violência no namoro é cada vez mais preocupante. Urge, por isso, a necessidade de fazer reforçar os mecanismos de prevenção, para alertar os jovens, e em particular as jovens mulheres e raparigas, para os perigos de relacionamentos tóxicos, que as manietem e oprimem.

Não podemos aceitar o assédio sexual e moral nos locais de trabalho ou na vida pública continue sem respostas eficazes e efetivas.



Não há relativizações possíveis ou silêncios cúmplices. Há crime. Não há desculpas culturais. Há abuso de direitos humanos. Onde houver violência, haverá combate. Onde houver desigualdade extrema, haverá intervenção política e ação concreta e integrada com os setores do Trabalho, da Justiça, da Administração Interna, da Educação e da Saúde.

Por último, impõe-se que seja alterada a forma de financiamento de todas as respostas da Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica, devendo ser reforçado o Orçamento de Estado com verbas suficientes quer para apoio às vítimas, quer para implementação de projetos piloto, sem que haja tanta dependência de fundos externos, designadamente europeus;

Problemas complexos, exigem respostas alargadas, e iremos dar esse contributo. Estamos preparadas para o fazer.

Violência doméstica e de género: proteção efetiva e justiça célere

O combate à violência doméstica exige um pacto real entre justiça, forças de segurança, saúde e segurança social. A proteção tem de ser imediata, consistente e acompanhada ao longo do tempo.

- Aplicação mais rigorosa e frequente de medidas de afastamento do agressor, garantindo que a segurança da vítima prevalece.
- Redução significativa do recurso à suspensão provisória de processos em casos de violência doméstica.
- Reforço de formação especializada de magistrados/as e polícias sobre ciclos de violência, risco e controlo coercivo.
- Protocolos obrigatórios de avaliação de risco e de articulação entre entidades (justiça, saúde, escola e apoio social).

Prevenção: educação para relações saudáveis, consentimento e igualdade

A prevenção é o investimento mais eficaz. Deve começar cedo, com conteúdos estruturados e formação adequada, evitando abordagens episódicas.

- Integração estruturada de conteúdos sobre igualdade, consentimento e relações saudáveis em Cidadania e Desenvolvimento.
- Apoio a projetos dirigidos a crianças e jovens, com avaliação de impacto e continuidade.
- Programas específicos para violência no namoro, com foco em sinais de controlo, isolamento e abuso digital.
- Formação de docentes e profissionais de saúde para deteção precoce e encaminhamento.

Assédio e violência no trabalho e na vida pública

Não podemos aceitar assédio sexual e moral sem respostas eficazes. A igualdade implica ambientes de trabalho seguros e cultura de tolerância zero.

- Reforço de mecanismos de denúncia nas organizações, com proteção contra retaliação.
- Formação obrigatória em entidades públicas e empresas com contratação pública relevante.
- Inspeções e auditorias a sectores de risco, com medidas corretivas e acompanhamento.
- Campanhas de sensibilização com envolvimento sindical e empresarial.



Violência obstétrica, MGF e casamentos forçados

A violência assume formas diversas. Portugal deve enfrentar, com coragem e políticas públicas consistentes, a violência obstétrica, a mutilação genital feminina e os casamentos forçados, assegurando respostas de proteção e prevenção.

- Protocolos clínicos humanizados e mecanismos de responsabilização em casos de violência obstétrica.
- Programas de prevenção e proteção para MGF, com articulação comunitária e serviços especializados.
- Reforço de mecanismos de sinalização e proteção em casos de casamentos forçados.
- Formação culturalmente competente para profissionais, sem relativização de direitos humanos.

Financiamento: estabilidade e autonomia das respostas

Sem financiamento estável, não há resposta. A Rede Nacional de Apoio a Vítimas de Violência Doméstica deve dispor de verbas suficientes e plurianuais.

- Reforço do Orçamento do Estado para financiamento de respostas e equipas especializadas.
- Contratos-programa plurianuais com objetivos e indicadores (não dependentes apenas de fundos europeus).
- Financiamento de projetos-piloto com avaliação independente e escalabilidade.
- Melhoria das condições de trabalho nas respostas (turnos, burnout, formação).

EIXO 5

Uma agenda integrada para a igualdade: direitos, saúde, habitação e democracia digital

A igualdade não pode ser seletiva. Exige políticas integradas que considerem saúde, direitos reprodutivos, habitação, mobilidade, tecnologia e participação democrática. O espaço digital é hoje um campo decisivo: ali se disputa informação, poder e segurança.

Meta 2026–2028: consolidar direitos, reduzir desigualdades de acesso e garantir que tecnologia e cidades servem a liberdade e a segurança das mulheres.

Saúde das mulheres e direitos sexuais e reprodutivos

A saúde das mulheres exige investimento, investigação específica e acesso equitativo em todo o território. A autonomia reprodutiva é parte integrante da dignidade humana.

- Reforço do investimento na saúde feminina, incluindo investigação sobre doenças predominantemente femininas.
- Defesa e ampliação do acesso à procriação medicamente assistida, com equidade territorial.
- Revisão de barreiras de acesso à IVG e garantia de prestação segura e humanizada em todo o país.
- Combate à violência obstétrica através de protocolos clínicos e mecanismos de responsabilização.
- Medidas de apoio à fertilidade e à autonomia reprodutiva, com informação pública rigorosa e combate a desigualdades.



Habitação, mobilidade e políticas urbanas com perspetiva de género

As cidades e os territórios não são neutros. A insegurança, os transportes e os horários impactam de forma distinta mulheres e homens, sobretudo quando existem responsabilidades de cuidado.

- Integração da dimensão de género nas políticas de habitação, reconhecendo vulnerabilidade de famílias monoparentais.
- Planeamento urbano sensível ao género: iluminação, percursos seguros, transportes acessíveis e horários compatíveis.
- Políticas de mobilidade que considerem padrões diferenciados de deslocação e trabalho de cuidado.
- Programas municipais de bairros saudáveis e participação comunitária feminina.

Género, tecnologias e Inteligência Artificial

A IA e os algoritmos podem reproduzir e amplificar desigualdades. A regulação democrática e a auditoria são essenciais para evitar discriminação.

- Avaliação sistemática de enviesamentos de género em sistemas de IA usados pela administração pública e sector privado.
- Criação de mecanismos de auditoria algorítmica e requisitos de transparência.
- Combate à violência de género online e ao assédio digital, com resposta rápida e especializada.
- Promoção de literacia digital e tecnológica para mulheres, com foco em jovens e sectores em transição.
- Incentivo à presença feminina em equipas de desenvolvimento tecnológico e em lideranças do sector.

Democracia digital, desinformação e resistência ao extremismo

A erosão democrática alimenta-se da desinformação e do discurso de ódio. As mulheres são alvo preferencial de ataques, sobretudo quando ocupam posições de poder.

- Espaços estruturados de diálogo com sociedade civil e academia para resposta à desinformação e ao extremismo.
- Rede plural de mulheres (várias áreas e sensibilidades democráticas) para reforço de resiliência democrática.
- Campanhas públicas de literacia mediática e digital, com foco em jovens.
- Defesa de regulação democrática das plataformas e de transparência na publicidade política.

PES Women e coordenação europeia

A ação nacional deve articular-se com a agenda europeia progressista, em especial com as linhas de trabalho do PES Women: igualdade económica, combate à violência, paridade política, direitos sexuais e reprodutivos e inclusão interseccional.

- Participação ativa em redes e encontros europeus para partilha de boas práticas e alinhamento programático.
- Propostas para o PS e para eurodeputados/as socialistas sobre igualdade, cuidados e combate à violência.
- Produção anual de um relatório de alinhamento com prioridades europeias e metas nacionais.



Uma Moção aberta e participada

O que vos propomos nesta Moção Global Estratégica é um programa de ação aberto, que deverá contar com os vossos contributos e visão.

Além de um documento programático aberto para o mandato, é ainda um compromisso ético e uma responsabilidade histórica que deve ser construída com todas as militantes do Partido Socialista e ter impacto real na vida das pessoas.

Nós não estamos aqui para gerir o que existe, ou fazer mais do mesmo.

Estamos aqui para transformar a vida concreta das mulheres.

Porque quando a igualdade avança, a democracia fortalece-se e o país também avança.

Este é o nosso tempo.

Este é o nosso compromisso.

Este é o nosso caminho.

Vamos, juntas e juntos,

Levar a Igualdade a Sério.

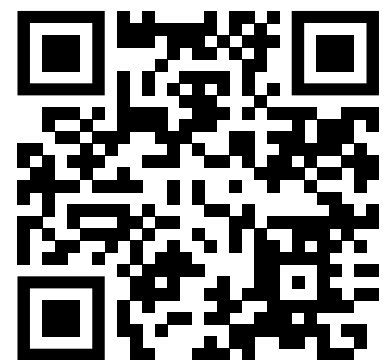


Saiba mais em:

 <https://www.facebook.com/carlaelianaTavares2026/>

 <https://www.instagram.com/levaraigualdadeaserio/>

#CarlaElianaTavares2026



Levar a **Igualdade a Sério**

MOÇÃO DE ORIENTAÇÃO POLÍTICA

